
CARTA COMPROMISSO AOS CANDIDATOS DE SC

CARTA COMPROMISSO

AOS CANDIDATOS DE SANTA CATARINA

Nos últimos anos o Estado de Santa Catarina, através de seus governos, investe de forma constante no desmonte do serviço público, privando a população, principalmente a classe trabalhadora, do atendimento adequado em diversas áreas, tais como Saúde, Educação, Segurança, e outros setores importantes da administração pública, causando sofrimento e deficiência nos atendimentos a população.

Os servidores que estão na ponta deste atendimento também sofrem com essa política de arrocho salarial, privatizações, terceirizações, confisco de salários de aposentados e pensionistas, além de constantes denúncias de abuso de chefias com assédio moral e outras atitudes autoritárias não condizentes com a boa relação de trabalho.

Assim, o Sintespe – Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de Santa Catarina, vem apresentar esta Carta Compromisso aos candidatos ao Governo de Santa Catarina e futuros parlamentares os pontos abaixo:

1. Diálogo constante e aberto com as entidades representativas dos servidores e mesa de negociação efetiva e permanente;
2. Fim das terceirizações, privatizações e desenvolvimento de política de valorização do serviço público;
3. Gestão Pública sem privatizações ou terceirizações da Administração do Sistema Penitenciário e dos Portos de São Francisco do Sul e Imbituba;
4. Realização de Concurso Público em todas as áreas;
5. Compromisso de lutar contra a PEC 32/2020 em curso no Congresso Nacional;
6. Pelo respeito e cumprimento da Lei 15.695 que instituiu a Data-Base;
7. Anistia ao Sintespe/SC, referente a multa imposta à entidade após a greve da SAP de 2014 onde o Sindicato foi condenado injustamente a pagar uma multa em decorrência da judicialização do movimento de greve;
8. Anistia aos servidores do Imetro de Santa Catarina dos descontos de 37 dias, referente a greve de 2014;
9. Combate ao assédio moral no serviço público com política eficiente e permanente com os gestores e servidores;
10. Reajuste do Auxílio Alimentação;
11. Criação de Secretarias específicas para contemplar as atividades e políticas relacionadas à cultura, esporte e turismo;
12. Reestruturação da Secretaria de Assistência Social, com atendimento às políticas da área, bem como seja efetivado o fortalecimento dos Sines;

13. Garantir a FCEE – Fundação Catarinense de Educação Especial – uma verdadeira autonomia orçamentária, financeira e de pessoal;
14. Recriação de uma Autarquia Pública para contemplar os serviços de planejamento, projetos, controle, fiscalização e execução das obras de infraestrutura e Edificações, colaborando com municípios e regiões na elaboração de projetos estratégicos para o Estado de Santa Catarina e região;
15. Contagem do tempo de serviço no período da pandemia para concessão de todos os direitos legais. Cancelamento urgente e imediato do Confisco, com a volta da isenção para aposentados e pensionistas segundo as regras da previdência federal. Novo Plano de Cargos e Carreira com equiparação das gratificações. Valorização da carreira dos servidores públicos do Estado.
16. Enviar projeto de lei para implementação do plano de cargos, carreira e vencimento no primeiro semestre de 2023 dos servidores do IMA – Instituto de Meio Ambiente. É fundamental compreender que essa agenda está intrinsecamente relacionada aos avanços na proteção dos ecossistemas, na dinamização da economia sem perdas de credibilidade frente aos mercados globais mais exigentes e no bem estar social, bases fundamentais do desenvolvimento sustentável. Devemos encarar essa ação como uma "simbiose social", no qual o Estado oferecerá as condições para que os seus servidores consigam desenvolver todas suas capacidades técnica e gerencial no intuito de alcançar as metas da organização (advindas do Regimento Interno), criando um círculo virtuoso e duradouro;
17. Criar o Regimento Interno e Estatuto do IMA, até o segundo semestre de 2023; O Regimento Interno está previsto no Parágrafo Único do art. 3ª da Lei Estadual 17.354/2017, ainda não implementado pelo Executivo. Tal ação se configura como um dos principais instrumentos de gestão, pelo qual poderão ser definidos os indicadores de desempenho do órgão e de seus servidores (as), devendo conter métricas como resolubilidade, externalidade e impacto social do IMA;
18. Criar no IMA, por meio de Portaria, o Comitê de Governança e Gestão dos licenciamentos ambientais por compromisso no primeiro semestre de 2023; Referido Comitê será o fórum de discussão e encaminhamentos das diretrizes técnicas e de gestão dos licenciamentos ambientais por compromisso.

Para validar publicamente a responsabilidade assumida com o SINTESPE – SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO DE SANTA CATARINA, assino o compromisso de efetivar as propostas apresentadas acima pela categoria.

NOME: _____

DATA: ____/____/____